

Cartografias da imigração: Oswaldo Truzzi e a diáspora árabe no Brasil

Sociólogo da UFSCar reconstrói sua trajetória de pesquisa e destaca a necessidade de criação de novas frentes de estudo envolvendo identidade, memória e refúgio

Christina Queiroz ¹

Luís Augusto Meinberg Garcia ²

Em uma manhã luminosa de fevereiro, fomos recebidos no apartamento do sociólogo Oswaldo Mário Serra Truzzi, em São Paulo. Ao longo de duas horas de uma conversa marcada por lembranças e reflexões, revisitamos os caminhos que o conduziram de uma formação em Engenharia de Produção à condição de referência incontornável nos estudos sobre imigração no Brasil. Professor titular da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e membro da Coordenação de Área de Ciências Humanas e Sociais da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), Truzzi construiu uma trajetória acadêmica inusitada, que desafia fronteiras entre disciplinas e territórios.

Formado pela Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo (EESC-USP) e mestre pela Fundação Getúlio Vargas de São Paulo (FGV-SP), foi em passagens pela França e pelos Estados Unidos que seu interesse pelas ciências humanas ganhou corpo. A partir daí, lançou-se ao estudo da história social das migrações, com ênfase nas trajetórias de sírios e libaneses no Brasil. Sua obra, ampla e rigorosa, tornou-se referência bibliográfica obrigatória para quem deseja compreender as dinâmicas étnicas e as complexidades da diáspora árabe no país.

Autor de livros como *Patrícios: sírios e libaneses em São Paulo* (Editora Unesp, 1997), *Italianidade no interior paulista: Percursos e descaminhos de uma identidade étnica (1880-1950)* (Editora Unesp, 2016) e *Migrações internacionais no interior paulista: contextos, trajetórias e associativismo* (EdUFSCar, 2021), Truzzi ampliou o entendimento sobre as redes migratórias, a mobilidade social dos imigrantes e as tensões internas dessas comunidades. Uma de suas maiores contribuições foi compreender a diáspora árabe como um processo em cadeia, enfatizando a importância de marcadores identitários como religião, aldeia e família neste processo. Combinando análise documental, entrevistas e comparações

¹ Doutora em Letras pela Universidade de São Paulo (USP), pesquisadora da Cátedra Edward Said, da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), jornalista da revista Pesquisa FAPESP <https://revistapesquisa.fapesp.br/autor/christina-queiroz/> e diretora de comunicação do Instituto da Cultura Árabe (Icarabe). Autora de *A Lua do Oriente e Outras Luas* (Ateliê Editorial, 2022), livro que é resultado de tese premiada pela USP. E-mail: queirozchris@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7614-5340>.

² Mestre em Antropologia Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (PPGAS/UFSC) e graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). É pesquisador na Cátedra Edward Said de Estudos da Contemporaneidade da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). E-mail: luismeinberg@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2325-7461>.

internacionais, sua produção influenciou profundamente o campo, permitindo refletir sobre a formação de comunidades diaspóricas, os vínculos que sustentam sua continuidade e como grupos árabes moldaram espaços urbanos no Brasil.

A relevância de sua obra ultrapassa as fronteiras da Sociologia, influenciando pesquisadores em diferentes áreas do conhecimento. É o caso dos autores desta entrevista, cujos estudos e produções são focados nas áreas da Literatura e Antropologia e que também foram diretamente impactados pelos trabalhos de Truzzi.

Atualmente, ele coordena um projeto temático, financiado pela FAPESP, que busca reconstruir a história social do Oeste Paulista entre 1850 e 1950, ampliando o foco de análise para incluir, também, negros, indígenas, imigrantes europeus, árabes e migrantes nacionais, além de elites regionais.

Nesta entrevista, convidamos Truzzi a jogar um olhar retrospectivo sobre a sua trajetória acadêmica, bem como aos desafios que enfrentou durante a carreira de pesquisa no campo dos estudos migratórios. Atento às transformações contemporâneas, ele também aponta a urgência de novas pesquisas sobre refugiados do Oriente Médio, redes de acolhimento e a preservação das culturas árabe-brasileiras através da literatura e da tradução.

O senhor tem uma trajetória acadêmica incomum. Pode falar sobre ela?

Minha entrada no campo acadêmico foi, de certo modo, inusitada. Iniciei a universidade em 1975, muito cedo, aos 17 anos, sem muita maturidade para compreender as implicações de minhas escolhas profissionais. Na minha família, havia a expectativa de que eu seguisse uma carreira tradicional, ou seja, que me formasse como médico, engenheiro ou advogado. Minhas opções eram bastante restritas e, de maneira até ingênua, descartei a medicina porque não gostava de sangue. A advocacia, por sua vez, não me atraía, talvez influenciado por um tio que se formou na área, mas nunca exerceu a profissão.

Acabei optando pela engenharia, mais precisamente engenharia de produção, movido pela afinidade com a matemática — ainda que, na prática, essa escolha não se revelasse adequada ao que eu realmente desejava fazer. Fui percebendo isso à medida que avançava no curso, mas a confirmação veio durante um estágio de seis meses realizado no chão de fábrica, já no final da graduação. Ali tive a primeira certeza profissional da minha vida: aquele não era o meu caminho.

Pensou em desistir do curso?

Apesar da decepção, abandonar o curso, especialmente nos últimos anos, não era uma opção viável na minha família. Assim, concluí a graduação na EESC-USP em 1979 e procurei uma alternativa que me mantivesse no ambiente universitário, que eu apreciava. Ingressei no mestrado em Administração na Fundação Getúlio Vargas [FGV] em São

Paulo, uma transição relativamente natural para alguém vindo da engenharia de produção. Finalizei o curso em 1985.

Na FGV, aproximei-me de áreas mais ligadas às ciências humanas, optando pela especialização em Administração e Planejamento Urbano. Fui orientado, inicialmente, pelo sociólogo Vilmar Faria [1941-2001] e, posteriormente, pelo também sociólogo Sérgio Miceli, à época professor da FGV e que hoje atua na USP, com quem finalizei o mestrado em 1985 e, depois, o doutorado, em 1993.

Paralelamente, trabalhei por quase um ano no Instituto de Pesquisas Tecnológicas [IPT], em regime de meio período, para custear a pós-graduação. Mas logo surgiu a oportunidade de ingressar como docente na UFSCar. Embora gostasse de São Paulo e visse potencial no trabalho no IPT, optei pela carreira acadêmica, movido pela valorização do ambiente universitário e pela estabilidade profissional. Iniciei como professor aos 23 anos, ainda em meio à conclusão do mestrado.

Na FGV, continuei ampliando minha formação, cursando diversas disciplinas, muitas delas voltadas às Ciências Humanas. Tive aulas com professores como os economistas Luiz Carlos Bresser-Pereira, Yoshiaki Nakano, Roberto Perosa, Robert Nicol, Eduardo Suplicy e Luiz Antonio de Oliveira Lima; os sociólogos Vilmar Faria, Sérgio Miceli, Esdras Borges da Costa, Maria Rita Durand e Pedro Jacobi; o cientista político Maurício Tragtenberg [1929-1988], a psicóloga Aracky Martins Rodrigues, além dos professores Carlos Omar Bertero, Gerald Dinu Reiss e Fernando Prestes Motta, mais afeitos à própria Sociologia das Organizações.

Quando decidiu abandonar a engenharia?

Não abandonei a engenharia de produção, pelo menos como docente, pois durante muitos anos continuei sendo professor do curso na UFSCar, nas disciplinas mais ligadas à sociologia das organizações e do trabalho.

Durante o mestrado, passei um ano na *École Des Hautes Études Commerciales* [HEC], próxima à Paris, na França, em razão de um convênio mantido pela FGV com esta escola. Foi a minha derradeira oportunidade de abraçar uma carreira executiva, pois a HEC oferecia várias oportunidades de recrutamento por empresas com bons salários. Contudo, gostava de meu trabalho na universidade e, na França, tive contato com o ambiente acadêmico que mais me interessava. Assisti, por exemplo, em 1982-1983, às aulas do sociólogo Pierre Bourdieu [1930-2002] no *Collège de France* e frequentei um curso com Celso Furtado [1920-2004] no *Institut d'Amérique Latine*. Essa vivência ampliou minha visão acadêmica e consolidou meu interesse pelas ciências sociais.

Como foi a entrada no campo dos estudos migratórios?

Ainda durante o mestrado, quando retornei da França e já estava estabelecido em São Carlos, decidi direcionar minha pesquisa para uma abordagem que me permitisse compreender melhor a cidade e a região. A partir dessa intenção, desenvolvi um trabalho de mestrado voltado para a história e a sociologia regionais, que resultou na dissertação *Café e Indústria: São Carlos, 1850-1950*. A pesquisa buscou traçar uma história social do município, onde os imigrantes, especialmente os italianos, ocuparam papel central, tanto

no meio rural quanto urbano. Esse primeiro estudo local marcou meu ingresso efetivo nas ciências humanas. O livro *Café e Indústria: São Carlos, 1850-1950* [Imprensa Oficial e EdUFSCar, 2007] que surgiu dessa dissertação e hoje está em sua terceira edição, tornou-se referência para quem deseja entender o processo histórico de formação da região.

Em 1986, ingressei no doutorado em Ciências Sociais na Universidade Estadual de Campinas [Unicamp], em uma das primeiras turmas do programa, ainda em fase de estruturação. Para mim, tudo era novidade, tanto a sistematização dos estudos em ciências humanas quanto o ambiente acadêmico da Unicamp, mais voltado à pesquisa interdisciplinar.

Paralelamente ao doutorado, me integrei em um projeto coordenado por Sérgio Miceli e o historiador Boris Fausto [1930-2023] no Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Político de São Paulo [IDESP]. O instituto congregava importantes nomes das Ciências Sociais, entre eles Bolívar Lamounier e Maria Arminda do Nascimento Arruda, atual vice-reitora da USP, e era um centro ativo de reflexão e pesquisa.

O projeto em que me envolvi tinha como foco a imigração urbana, uma área que, naquele momento, apresentava lacunas na produção acadêmica, particularmente envolvendo a capital paulista. Dentro da divisão de tarefas do grupo, coube a mim pesquisar sobre os sírios e libaneses. Esse direcionamento definiu, em grande parte, a linha de investigação que seguiria nos anos posteriores, aprofundando meu interesse pela história social das migrações e por dinâmicas étnicas no contexto urbano.

Por que assumiu a análise sobre o fluxo migratório dos imigrantes sírios e libaneses?

Inicialmente, resisti à ideia de pesquisar os sírios e libaneses. Argumentei que não tinha ascendência árabe, não falava o idioma — e não falo até hoje —, nem possuía qualquer ligação que justificasse debruçar-me sobre esse grupo. No entanto, fui convencido pelos colegas e orientadores de que minha habilidade de estabelecer contato com as pessoas seria uma vantagem importante para o trabalho de campo. Roberto Grün, que foi docente da UFSCar, dedicou-se aos judeus e, posteriormente, aos armênios; José Renato de Campos Araújo [1969-2019] concentrou-se nos italianos, produzindo um estudo sobre o Palestra Itália; Célia Sakurai, que fez doutorado na Unicamp, pesquisou a imigração japonesa; Maria do Rosario Rolfsen Salles, professora aposentada da Unesp, campus de Araraquara, estudou os médicos de origem italiana e José Leonardo do Nascimento, do Instituto de Artes da Unesp, os espanhóis em São Paulo. Por outro lado, Boris Fausto (1930-2023) organizou um trabalho sobre a historiografia da imigração, que orientou todos nossos estudos, naquele momento.

O senhor publicou um livro sobre esse primeiro trabalho. Pode falar sobre ele?

Em 1992, publiquei um pequeno livro pela Editora Sumaré: *De mascates a doutores: sírios e libaneses em São Paulo*, que sistematizou o levantamento de dados sobre a ascensão econômica dos sírios e libaneses em São Paulo. Sob orientação de Miceli e Fausto, realizei uma pesquisa documental em arquivos de escolas de prestígio da cidade de São Paulo, incluindo a Faculdade de Medicina da USP e a Escola Paulista de

Medicina, que hoje compõe a Universidade Federal de São Paulo [Unifesp], a Escola Politécnica, o Mackenzie e a Faculdade de Direito do Largo São Francisco. A partir da identificação de sobrenomes de origem árabe, compilei dados que mostravam a crescente presença de alunos descendentes de imigrantes nessas instituições, a partir da década de 1930. Ao longo do tempo, a ascensão foi notável: no início dos anos noventa, dos cinco membros do Conselho Deliberativo do Hospital das Clínicas da USP, quatro eram de origem árabe, um indicativo expressivo da inserção dessa comunidade em posições de destaque. Essas evidências quantitativas foram complementadas por mais de cem entrevistas realizadas com membros da comunidade. Nelas, investiguei as trajetórias familiares e os caminhos educacionais e profissionais dos descendentes.

Qual era a sua pergunta de pesquisa quando começou a estudar os sírios e libaneses no doutorado?

Sob a orientação de Miceli, no doutorado, comecei a explorar um questionamento central: como explicar a forte mobilidade socioeconômica dos sírios e libaneses no Brasil? Eles apresentavam barreiras culturais significativas, ou seja, eram falantes de um idioma muito diferente das línguas latinas. A maioria tinha práticas religiosas não católicas, embora cristãs, além de costumes considerados exóticos. Também contavam com uma forte tendência à endogamia e à formação de comunidades coesas em regiões específicas, a exemplo da rua 25 de Março, em São Paulo, assim como tinham uma culinária peculiar, que hoje se popularizou. Apesar desses elementos, a trajetória do grupo foi marcada por um notável sucesso econômico. Meus orientadores indicaram que o primeiro passo seria dominar a bibliografia disponível. Um trabalho de referência nesse sentido era o de Clark Knowlton [1919-1991], sociólogo norte-americano que, nos anos 1960, realizou pesquisa pioneira sobre árabes no Brasil, inspirado pelas discussões da sociologia norte-americana sobre mobilidade e integração étnica.

Não havia pesquisadores brasileiros trabalhando com o tema, naquele momento?

Curiosamente, Florestan Fernandes [1920-1995] também se interessou, em certo momento, por estudar os sírios e libaneses. No entanto, segundo relatos, acabou abandonando o projeto. Um dos motivos alegados foi a dificuldade nas entrevistas. Ele teria considerado que os entrevistados fantasiavam demais e que era complicado estabelecer uma narrativa confiável. Outro fator decisivo foi saber que havia um pesquisador estrangeiro já avançado no tema, algo que o desestimulou a seguir adiante.

Apesar de ter abandonado a pesquisa sobre os sírios e libaneses, Fernandes deixou registros de seu interesse pelo tema. Na UFSCar, seu acervo pessoal foi incorporado à biblioteca da instituição. Consultando a seção dedicada à migração, é possível encontrar diversos livros sobre imigração árabe que pertenciam a ele. Esses volumes testemunham a intenção inicial do sociólogo em trabalhar com o tema, embora o projeto tenha sido abandonado.

Quais foram os seus desafios quando começou a pesquisar esse fluxo migratório?

Em primeiro lugar, precisei enfrentar a análise da produção memorialista da colônia sírio-libanesa em São Paulo. Embora importante, esse material exige leitura crítica. Os autores tendem a enaltecer suas próprias trajetórias e a da comunidade, com pouco distanciamento analítico. Apesar da escassez de interpretação teórica, os relatos fornecem uma quantidade considerável de dados empíricos valiosos, como informações sobre indivíduos, iniciativas e trajetórias familiares que, se tratados com rigor, são fundamentais à reconstrução histórica. Outro desafio importante foi conquistar a confiança das famílias para que entrevistas substantivas e interessantes pudessem ser realizadas. Eu não pertencia à colônia, o que dificultava o acesso. Mas, aos poucos, e com certo tato, essa barreira foi sendo quebrada.

Durante o doutorado, tive a oportunidade de realizar um estágio sanduíche de um ano na Universidade de Chicago, nos Estados Unidos, o que ampliou significativamente minha formação teórica e o contato com a literatura internacional sobre migrações. A experiência foi decisiva para fortalecer minha capacidade analítica e consolidar o projeto de pesquisa.

Durante minha permanência em Chicago, busquei realizar uma comparação entre a inserção dos sírios e libaneses nos Estados Unidos e no Brasil. Para minha surpresa, constatei que, de maneira geral, os descendentes desses grupos alcançaram maior sucesso econômico e social no Brasil do que no contexto norte-americano. Esse achado suscitou novas questões sobre as condições específicas que favoreceram tal resultado em São Paulo.

A análise crítica da memória comunitária, os dados quantitativos, as entrevistas e a comparação internacional foram fundamentais para estruturar meu segundo livro, mais completo e que incorporava o primeiro: *Patrícios: sírios e libaneses em São Paulo*. O livro saiu em 1997 pela Hucitec e a segunda edição em 2009, pela Editora Unesp. Esse livro acabou sendo traduzido e premiado nos Estados Unidos.

Por que essa obra tornou-se referência para pesquisadores da diáspora árabe?

Ela conseguiu abordar a integração dos sírios e libaneses em São Paulo sob múltiplos ângulos, combinando dimensões econômicas, culturais e sociais. A própria banca de doutorado que examinou a tese que deu origem ao livro foi composta por especialistas em áreas diversas: Boris Fausto, historiador; Marisa Corrêa, antropóloga; Vilmar Faria, sociólogo; Aracky Martins Rodrigues, psicóloga e Sergio Miceli, sociólogo e meu orientador. Também procurei me expressar em uma linguagem que fosse, ao mesmo tempo, academicamente rigorosa e palatável, o que acabou agradando tanto a estudiosos, quanto ao público leigo, especialmente de origem síria ou libanesa, que viu sua história retratada.

O primeiro capítulo é dedicado a compreender quem eram esses imigrantes em sua terra de origem. Investiguei as condições sociais, culturais e econômicas que moldaram suas práticas e aspirações, procurando entender as razões que impulsionaram a emigração. É fundamental lembrar que os migrantes não transportam apenas seus corpos, mas também valores, hábitos e padrões de conduta. Identifiquei, por exemplo, um forte desejo de 'fazer a América', impulsionado pela competição por status entre as famílias nas aldeias. Era comum que um filho fosse enviado para a América para buscar

fortuna e melhorar o prestígio familiar na origem. Muitas vezes, esse retorno à terra natal nunca acontecia. Intitulei esse primeiro capítulo de 'Redentores de famílias', para enfatizar a aspiração inicial de redenção social e econômica.

No segundo capítulo, analiso os mecanismos de sobrevivência econômica no Brasil. A trajetória típica dos sírios e libaneses envolve uma transição da atuação como mascate até alguns se tornarem empresários. Era um percurso de ascensão baseado na recusa ao assalariamento e na valorização da autonomia. Mesmo o mascate, que trabalhava por conta própria, era considerado, dentro dessa lógica, um empresário de si mesmo.

Explorei, ainda, a dispersão geográfica da colônia, que foi distinta de outros grupos, como os judeus, que se concentraram majoritariamente na capital. Os sírios e libaneses, ao contrário, espalharam-se pelo território, estabelecendo redes de solidariedade e cadeias migratórias entre estabelecidos e recém-chegados que facilitaram a acolhida e a mobilidade. Também introduziram novas práticas comerciais, aprofundaram a venda a prazo e o giro nos estoques, que contribuíram para sua consolidação econômica.

Já o terceiro capítulo discute a questão das identidades. Analiso como a sociedade brasileira percebia esse grupo. Eles eram frequentemente rotulados como "turcos", termo que carregava o estigma do opressor otomano, e como eles próprios reagiam a essas visões, adotando uma ética do trabalho como narrativa de ascensão. O mascate, símbolo inicial da trajetória econômica, era frequentemente exaltado como exemplo de perseverança.

De que forma a comunidade sírio-libanesa negociou sua identidade diante das representações da sociedade brasileira, especialmente considerando suas próprias divisões internas?

É importante destacar que, como qualquer grupo étnico, a comunidade sírio-libanesa era internamente heterogênea. Existiam diferenças de origem religiosa, com grupos maronitas, ortodoxos e muçulmanos, de procedência geográfica e, posteriormente, de sucesso econômico no Brasil. Famílias mais abastadas, como os Calfat e os Jafet, além de se casarem entre si, construíram mansões na avenida Paulista e no Ipiranga.

Outro elemento de diferenciação foi o capital cultural. Intelectuais que chegaram ao Brasil fundaram jornais em árabe e abriram escolas para o ensino da língua. Com o tempo, viram seu prestígio declinar, à medida que o valor social da língua árabe diminuiu em meio ao processo de integração cultural dos descendentes.

Essas diferenças geraram tensões internas entre os primeiros sírio-libaneses chegados ao Brasil?

Embora unidos por uma origem comum, os membros da comunidade não formavam um grupo homogêneo. As tensões emergiram em diversas dimensões, como a social, a cultural e a política.

Os jornais fundados pelos primeiros imigrantes ilustram essa dinâmica. Inicialmente editados em árabe, depois bilíngues em árabe e português, eles passaram a ser publicados gradativamente apenas em português, refletindo a adaptação e a perda progressiva da língua de origem. Enquanto isso, aqueles que botavam a mão na massa, sobretudo os mascates, mesmo sem grande letramento, alcançaram significativo sucesso econômico. Essa diferença de trajetórias gerava ressentimentos. Os mais intelectuais viam com certo desdém os comerciantes enriquecidos, enquanto estes últimos desprezavam os letrados que não haviam prosperado materialmente.

Entre abastados, essas tensões eram expressadas em competições por status, particularmente em atividades filantrópicas, nas disputas pela fundação de clubes que homenageavam as cidades de origem e na criação de hospitais, como o Hospital Sírio-Libanês e o Clube Monte Líbano. Cada iniciativa carregava a marca das divisões internas, seja entre famílias de maior ou menor sucesso econômico, seja entre diferentes alinhamentos culturais e políticos.

Outro fator importante foi a redefinição da identidade étnica ao longo do tempo. Após a Primeira Guerra Mundial [1914-1918], a perspectiva de Síria e Líbano se tornarem independentes politicamente agravou cisões. Inicialmente designados como sírios, os imigrantes da região do Monte Líbano passaram a afirmar sua identidade como libaneses, após o colapso do Império Otomano e o estabelecimento do Protetorado Francês sobre a região, em 1920. Essa mudança refletia o desejo de fortalecer a ideia de um Estado libanês independente e consolidava uma nova narrativa de pertencimento.

Em *Patrícios: sírios e libaneses em São Paulo*, o senhor também aborda a ascensão da primeira geração em profissões liberais. Pode falar sobre esse processo?

A trajetória da primeira geração nascida no Brasil é fruto do processo de mobilidade iniciado pelos imigrantes. A aspiração de ver os filhos como doutores, ou seja, como médicos, advogados e engenheiros, já estava presente desde o momento da chegada, mas tornou-se realidade com a rápida ascensão social e econômica da comunidade.

Procurei, também, investigar as estratégias familiares que viabilizaram essa transformação. Muitas vezes, o filho mais velho permanecia administrando o pequeno comércio familiar, garantindo a renda necessária para que os irmãos mais novos pudessem frequentar a universidade. Essas táticas permitiam às famílias reduzir os riscos e ampliar as oportunidades de ascensão.

Comparativamente, apenas os judeus apresentaram trajetória semelhante de mobilidade tão intensa em direção às profissões liberais, no mesmo período. Essa rápida transformação intergeracional, do mascate ao capitão de indústria ou ao professor titular da USP, por exemplo, em apenas uma geração, constitui um dos aspectos mais marcantes da experiência da imigração sírio-libanesa em São Paulo.

E como membros da comunidade sírio-libanesa entraram na política?

O desdobramento natural da ascensão educacional e econômica da comunidade sírio-libanesa foi a entrada na política. Com estabilidade financeira e formação

acadêmica, especialmente entre aqueles formados pela Faculdade de Direito do Largo São Francisco, tradicional celeiro de políticos, os descendentes começaram a ocupar cargos no cenário público, tanto na capital quanto no interior do estado.

Realizei um levantamento sistemático de registros eleitorais, mapeando sobrenomes de origem árabe entre deputados federais, estaduais e prefeitos paulistas. Essa pesquisa permitiu traçar as trajetórias políticas mais comuns, evidenciando o papel central da formação jurídica e a importância de redes de sociabilidade, como os clubes de futebol, entre eles Corinthians, Guarani e Bragantino, e as escolas de samba, como espaços de inserção popular. Aproveitando a dispersão geográfica, também muitos vieram de cidades do interior do estado, onde, após construírem bases eleitorais como vereadores e prefeitos, lograram alcançar mandatos na Assembleia Legislativa ou na Câmara de Deputados. Diferentemente dos judeus, que até meados dos anos 1950 tinham participação política mais discreta, os sírios e libaneses conquistaram grande capilaridade social, tornando-se figuras expressivas no cenário público.

Que diferenças identificou na experiência dos imigrantes árabes no Brasil e nos Estados Unidos?

O doutorado-sanduíche em Chicago permitiu-me realizar uma comparação entre a trajetória da diáspora sírio-libanesa nos Estados Unidos e no Brasil. Nos Estados Unidos, os sírios e libaneses constituíam um grupo minoritário, cerca da quadragésima posição em termos numéricos, enquanto no Brasil representavam uma das seis principais etnias imigrantes. Essa diferença em termos de presença relativa e visibilidade foi crucial para entender as distintas trajetórias de integração.

Outro fator fundamental foi a anterioridade da chegada. Nos Estados Unidos, quando os sírios e libaneses chegaram, os judeus já dominavam setores como o comércio e a indústria têxtil, limitando as oportunidades para novos imigrantes nesses ramos. No Brasil, ao contrário, a ausência de uma concorrência estabelecida permitiu aos sírios e libaneses inovar nas práticas comerciais, como a venda a crédito e o parcelamento, consolidando-se como um grupo bastante significativo no comércio varejista e atacadista, em uma sociedade crescentemente urbana.

Por fim, abordei em um capítulo adicional, a pedido do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap), a questão da imigração muçulmana, especialmente após os atentados de 11 de setembro de 2001. A principal diferença em relação aos cristãos árabes que chegaram ao Brasil no final do século XIX e início do XX está na chegada mais tardia, a partir de meados do século e na centralidade da religiosidade. Enquanto a prática religiosa entre os descendentes cristãos foi gradativamente diluindo-se ao longo das gerações, fenômeno que analisei no artigo *Religiosidade cristã entre árabes*, publicado em 2016 na revista *Religião & Sociedade*, entre os muçulmanos, a fé manteve-se como um componente constitutivo da identidade cotidiana, moldando práticas sociais e comunitárias.

Quais os impactos entre as transformações religiosas e a manutenção das identidades nos diferentes grupos?

Entre os descendentes cristãos da imigração sírio-libanesa, ou seja, os maronitas, ortodoxos, entre outros, a religiosidade foi se atenuando ao longo das gerações. Um dos fatores para essa mudança foi a própria dinâmica demográfica. Nas cidades menores do interior paulista, por exemplo, não era viável sustentar paróquias específicas para cada tradição religiosa. À medida que o tempo passava, a identidade religiosa tornava-se mais difusa e menos central na vida comunitária. É possível que, no início do século XX, a prática religiosa tenha sido mais intensa, mas o processo de integração à sociedade brasileira e a dispersão geográfica contribuíram para o esvaziamento dessa dimensão.

O quadro é bastante diferente no caso dos muçulmanos. Trata-se de uma imigração mais recente, o que ajuda a preservar práticas religiosas de forma mais intensa. A fé continua sendo um componente central da vida cotidiana, estruturando horários, como as pausas para as orações diárias, e padrões de sociabilidade. Essa permanência da religiosidade entre os muçulmanos contrasta fortemente com a trajetória de secularização observada entre os descendentes cristãos da imigração árabe. Reflete, também, as diferenças no contexto de chegada e na inserção social dos dois grupos.

Que perguntas em aberto considera que existem no campo da diáspora árabe?

Como em qualquer investigação nas Ciências Humanas e Sociais, a pesquisa sobre a imigração sírio-libanesa deixa, inevitavelmente, perguntas em aberto. Afinal, a História é sempre um diálogo entre o presente e o passado. Lançamos ao passado questões que fazem sentido no contexto atual. Por isso, a narrativa histórica está em constante renovação.

No caso específico de meus estudos, eles concentraram-se em trajetórias de famílias radicadas em São Paulo e, em menor medida, no interior do estado. Vejo como uma lacuna a necessidade de aprofundar a análise da experiência dos árabes em regiões interioranas, não apenas paulistas, mas em todo o Brasil.

Com satisfação, percebo que, a partir da publicação de meus livros, houve uma profusão de novos estudos acadêmicos sobre a imigração árabe em diversas regiões brasileiras. Muitos desses trabalhos citam e dialogam com minha pesquisa, o que é gratificante.

Entretanto, sinto que falta uma abordagem comparativa mais robusta. Comparações sistemáticas, tanto entre diferentes regiões brasileiras quanto entre o Brasil e outros países latino-americanos que também receberam imigração árabe, como Chile, Colômbia e Argentina, seriam fundamentais para entender as especificidades e as variações nos processos de inserção social e econômica.

Embora eu tenha produzido um artigo sobre a influência da cultura árabe na América do Sul, reconheço que esse trabalho foi preliminar. Uma investigação mais ampla exigiria pesquisas paralelas realizadas com metodologias padronizadas, que permitissem uma comparação direta entre as diferentes experiências migratórias. Esse é, sem dúvida, um caminho promissor para novas gerações de pesquisadores.

Também acho que ainda falta identificar melhor as redes de imigrantes. Tenho certeza de que, em cada cidade, existe uma rede própria, formada na origem. É claro que, em alguns lugares, essas redes se misturam, mas, predominantemente, a imigração sírio-libanesa carrega essa característica muito forte de chamar parentes e conterrâneos para

se estabelecerem juntos. Ainda sabemos muito pouco sobre cidades como São José do Rio Preto, por exemplo, que provavelmente abriga a maior colônia libanesa do interior paulista. Maior, inclusive, que Campinas e Santos. Isso aconteceu porque Rio Preto, durante mais de 20 anos, foi ponta de linha ferroviária. Os imigrantes vinham até a 25 de março, em São Paulo, abasteciam-se de mercadorias, pegavam o trem até o final da linha e, de lá, seguiam em carroças ou mulas para mascatear pelas fazendas de Goiás, Mato Grosso e Minas Gerais. Assim, Rio Preto acabou consolidando-se como um entreposto comercial, com a construção de armazéns atacadistas e outras estruturas. Hoje, a presença libanesa na cidade é muito forte. É possível ver isso, por exemplo, nos dois principais clubes de elite da cidade: o Automóvel Clube e o Monte Líbano. Mas, mesmo assim, não sabemos exatamente de onde vieram esses imigrantes, se existe uma rede de origem bem definida. Acredito que essa seja uma fronteira de pesquisa interessante para novos estudos.

Outro aspecto importante que começa a ser explorado é o ganho que o domínio da língua árabe proporciona. Com as novas tecnologias, o acesso ao árabe está facilitado, e vejo que uma geração mais jovem tem se interessado em estudar essa dimensão da imigração. Temos um patrimônio enorme de produção escrita em árabe, impressa em jornais e revistas, que ainda foi pouco explorado. De alguns anos para cá, sob a chancela da Câmara de Comércio Árabe-Brasileira, a pesquisadora Heloísa Dib tem realizado um esforço hercúleo de identificar, preservar e digitalizar esse material valioso. Entre outros temas, seria especialmente interessante analisar as trajetórias de mulheres árabes que vieram para cá e tiveram uma presença ativa na imprensa e na vida intelectual do país, algo que só recentemente começou a ser mais estudado.

Outro assunto a respeito do qual existe um silêncio gritante é a questão das predisposições aceitas e das resistências enfrentadas em relação às escolhas conjugais, já que práticas endogâmicas estiveram muito presentes até pelo menos os anos cinquenta. Foram equivalentes para homens e mulheres? Que estratégias foram empregues para driblar a cultura patriarcal forte, que obviamente gerou tensões? Tudo isso daria farto material para uma história das sensibilidades.

E em relação a questões mais contemporâneas?

O Oriente Médio continua sendo um foco constante de conflitos. Há o drama dos palestinos, vítimas de um genocídio perpetrado pelo atual governo de Israel.

A questão dos refugiados está cada vez mais urgente, especialmente após as medidas restritivas adotadas durante o atual governo dos Estados Unidos, que endureceram as políticas de imigração, em um país historicamente acolhedor. Diante dessa conjuntura desfavorável, muitos imigrantes buscam outros destinos, e o Brasil surge como uma alternativa, por já possuir uma colônia sírio-libanesa estabelecida e uma tradição de acolhimento.

Penso que esse cenário atual coloca em pauta novos temas de pesquisa: investigar as possibilidades de acolhimento, o papel das redes comunitárias no apoio aos recém-chegados e as políticas migratórias do governo brasileiro, como a concessão, ou não, de vistos humanitários. Há toda uma dimensão política que merece ser estudada.

Outro ponto que considero essencial é a interface entre os estudos árabes e a literatura. O Brasil tem uma tradição nesse campo, com autores consagrados como

Milton Hatoum, Raduan Nassar, Salim Miguel e Ana Miranda, para citar alguns. Além deles, é importante destacar o trabalho dos tradutores, como Safa Jubran e Michel Sleiman, que têm um papel fundamental tanto na tradução do árabe para o português quanto no caminho inverso. Esse intercâmbio linguístico é vital para a circulação e o entendimento dessa produção cultural.

Em que pesquisa está trabalhando atualmente?

Em 2024, obtivemos o financiamento de um projeto temático da FAPESP, com duração de cinco anos. Trata-se de uma iniciativa ambiciosa, cujo objetivo é construir uma história social do interior de São Paulo, especialmente das áreas mais impactadas pela expansão do café no chamado Oeste Paulista. O projeto contempla a análise de múltiplos grupos sociais: negros, elites locais, imigrantes - nacionais e estrangeiros -, e povos indígenas. Entre as etnias presentes no recorte estão também sírios e libaneses, populações que conheço razoavelmente bem, mas sobre as quais pretendo aprofundar os estudos a partir de novas pesquisas locais.

No projeto, adotamos uma concepção histórica de Oeste Paulista, que difere do conceito geográfico atual. Consideramos como Oeste a área impactada pelo café a partir de sua expansão pelo Vale do Paraíba, passando por Campinas e, a partir daí, avançando para o interior. Excluimos do recorte o próprio Vale do Paraíba, as regiões litorâneas — onde o café teve pouca expressão —, a capital paulista e a chamada baixa sorocabana [região do Vale do Ribeira], que, devido às geadas, não teve grande penetração da cafeicultura. Assim, o Oeste Paulista, para nós, compreende desde Jundiaí e Campinas até cidades como Sorocaba, Ribeirão Preto, São Carlos, Presidente Prudente, São José do Rio Preto e Barretos, estendendo-se até os limites do estado, às margens do Rio Grande e Paraná.

O projeto preenche lacunas no campo dos estudos migratórios?

Embora eu tenha alguma experiência na área da história das migrações, neste projeto busco ampliar o escopo de pesquisa em colaboração com outros colegas. Nosso objetivo é construir uma história social mais abrangente do interior paulista, contemplando diferentes segmentos populacionais e suas dinâmicas ao longo de um século, entre 1850 e 1950. Essa periodização permite capturar importantes transformações sociais, iniciadas ainda sob o regime escravista e avançando até meados do século XX. Pretendemos investigar a população negra tanto no período escravocrata quanto após a abolição, analisando seus processos de inserção social e econômica. Além disso, queremos examinar as elites oligárquicas rurais: sua formação, a lógica do coronelismo e o impacto da crise de 1929 na reconfiguração dessas estruturas de poder. Embora esses temas já tenham sido abordados pela historiografia, nossa proposta é oferecer um olhar a partir do interior, buscando compreender as especificidades vividas em cidades impactadas pela expansão cafeeira.

A história da imigração também ocupa lugar central no projeto. Estudaremos as principais ondas migratórias, compostas por portugueses, italianos, espanhóis, sírios, libaneses e japoneses, além de investigar grupos menores, como judeus e alemães.

Essa é a nossa proposta inicial. Ambiciosa, sem dúvida, mas por causa disso contamos com uma equipe de mais de quarenta pesquisadores. Esperamos contribuir para um entendimento mais plural e localizado da história social paulista. A historiografia das migrações em São Paulo, de modo geral, permanece muito centrada na experiência da capital. Esse foco, embora compreensível, traz um viés importante, pois não podemos supor que as realidades vividas pelas populações do interior tenham sido idênticas às da metrópole. Nosso esforço, portanto, é destacar as especificidades históricas e sociais das cidades interioranas, sem, contudo, ignorar as relações dinâmicas entre capital e interior.

DOI desta publicação: <https://doi.org/10.34024/bgp3pb82>.